



Programa Bolsa-Família: transferência de renda e inserção social de famílias em Monte Horebe-PB

ALUZAILDE JACIRA DIAS
Especialista em Gestão Pública Municipal - UFPB

REJANE GOMES CARVALHO
Professora do Departamento de Economia - UFPB

RESUMO

Este artigo propõe verificar de forma clara e objetiva a evolução da política social no Brasil observando suas características e fundamentos histórico, político e social no tocante a atuação do Programa Bolsa Família, no município de Monte Horebe – PB, considerando como uma cidade de porte – I, que é a cidade com menos de vinte mil habitantes. Abordam-se as medidas que condicionam a transferência de renda e inserção social das famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, no respectivo município, com enfoque em que esses benefícios contribuem para a melhoria de vida das famílias nela inseridas, e o impacto de suas condicionalidades das medidas implementadas na rede intersentorial dos serviços ofertados como: Educação, Saúde e Assistência Social. A partir desta abordagem, também se observam as mudanças do sistema tradicional de proteção social e inserção dos novos modelos de políticas adotados pelos governos atuais, com o propósito de formar novas gerações conscientes e com oportunidades de perspectivas profissionais com qualidade de vida.

Palavras Chaves: Bolsa Família, Inserção Social, Renda, Condicionalidades

ABSTRACT

This article proposes to verify clearly and objectively the evolution of social policy in Brazil watching their characteristics and Political and Social History Foundation regarding the performance of the Bolsa Familia, the city of Monte Horebe - PB, considering how a big city - I , which is the city with less than twenty thousand inhabitants, and to characterize and describe the measures that condition the transfer of income and social inclusion of families receiving the Family Grant, in the respective municipality, with a focus on these benefits contribute to the improvement of life of families placed in it, and the impact of their conditionalities of the measures implemented in the network services offered intersentorial as: Education, Health and Welfare. However from this approach to examine changes in the traditional system of social protection and inclusion of new models of current policies adopted by governments, in order to form new generations aware of, and opportunities for career prospects with quality of life.

Keywords: Family Allowance, Social Integration, Advances, Conditionalities

1 - INTRODUÇÃO

O Bolsa Família se insere na rede de proteção e promoção social, articulado às políticas públicas da assistência social. Os recursos transferidos têm tido efeitos imediatos e significativos sobre as condições de vida da população pobre, ao promover o acesso a alimentos e atendimento de outras necessidades básicas. Além dos benefícios financeiros, as famílias devem cumprir contrapartidas voltadas para ampliar capacidades e romper o ciclo inter-geracional da pobreza.

Para o Bolsa Família, o acompanhamento das condicionalidades tem como objetivo: reforçar o direito de acesso das famílias aos serviços de saúde e de educação e responsabilizar o poder público pelo atendimento, monitorar o cumprimento de compromissos pelas famílias beneficiárias, identificar, nos casos de não cumprimento, situações de maior vulnerabilidade, de forma a orientar as ações do poder público para o acompanhamento destas famílias

Entretanto, ainda observamos o redirecionamento de esforços para fortalecer cada vez mais o papel que o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS vem desempenhando na geração de oportunidades para a inclusão produtiva, por meio de parcerias com outros órgãos

do Governo Federal, com outras esferas de governo nos planos estadual e municipal, entidades da sociedade civil e empresas. Promove a gestão da política social de maneira integrada em todo o território nacional e institui um novo modelo de organização dos serviços e benefícios sócios assistenciais, hierarquizado por níveis de complexidade e com base territorial.

Por meio dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS são ofertados serviços, no território de sua abrangência, para famílias em situação de vulnerabilidade social, com ênfase nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. Promovem ainda a articulação dos serviços.

Durante a realização deste artigo, verificamos o empenho dos profissionais da área da assistência no município de Monte Horebe_Pb em aprofundar discussão sobre a inserção dos jovens, nos serviços sócio educativo de proteção básica, traçando metodologias para o resgate e a inserção no meio social, acompanhamento às famílias dos jovens (inclusive as que estão em descumprimento de condicionalidades), resultados a serem alcançados através do monitoramento.

Que este processo de capacitação prepare-os e motive cada vez mais a trabalhar, verificando avanços significativos na direção de um país mais justo e solidário, onde cada pessoa tenha uma vida digna, com oportunidades de realizar seus potenciais e contribuir para o pleno desenvolvimento nacional.

Entretanto, percebemos que há muito ainda a ser feito, mas com o avanço das políticas publicas rumo ao compromisso de cada um, certamente alcançará melhores condições de vida, com dignidade para os habitantes de Monte Horebe-Pb e os milhões de brasileiros que vivem a depender destes benefícios.

A partir deste estudo, podem ser abertas novas perspectivas para a ação das políticas sociais, permitindo ajustes e a construção de metas para o combate a pobreza através da transferência de renda, necessária para enfrentar o problema imediato da questão social no município. Além disso, também é relevante averiguar as condições construídas para a saída dos beneficiários do programa de assistência social quanto a sua qualificação. Pois, a assistência encaminhada a essas famílias deve ser acompanhada de oportunidades de reinserção social, para que no futuro próximo não continuem a depender dos benefícios sociais, sendo possível resgatar a auto-estima das famílias no tocante a poder sobreviver de seu próprio trabalho, influenciado pela sua formação pessoal e profissional.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Evolução da Política Social no Brasil

Segundo Cortez 2006, a primeira discussão no Brasil sobre a introdução de um programa de renda mínima, vincula-se a uma agenda de erradicação da pobreza no país, na data de 1975, quando Antonio Maria da Silveira publicou, na revista brasileira econômica, um artigo sob o título “Redistribuição de Renda”. Para tanto, o autor entendia que a economia Brasileira não atendia as necessidades de sobrevivência de todos. Conforme Coelho, estas mudanças foram tão profundas que obrigaram os teóricos da época a reverem seus prognósticos e paradigmas (Coelho, 2010, p. 52). Em 1962, Friedman, apresentou uma proposta fundamentada no Imposto de Renda Negativo, tendo em vista a redução da pobreza, sendo uma transferência monetária à diferença entre o nível mínimo de isenção, tomada por base um nível de isenção.

Como a autor mesmo reconheceu, não resta dúvida que várias propostas apresentadas influenciaram o projeto de Lei nº 80/1991, apresentado pelo Senador Suplicy (PT/SP), onde foi instituído um programa de garantia de Renda Mínima para o Brasil. Neste período, o Brasil passava pela maior crise recessiva desde 1930, onde o enfoque e a maior preocupação era o combate a inflação, que crescia descontroladamente, momento difícil para implantação de um programa de redistribuição de renda, percebendo-se facilmente o aumento da pobreza e a instabilidade da moeda. Diante deste cenário, conforme Barbosa (1980), planejar o desenvolvimento na perspectiva da inclusão social não é desafio fácil e exige o envolvimento e o empenho de amplas e diferentes forças sociais políticas, presentes na sociedade civil, no Estado, e em particular, no governo.

Com o impeachment, em 1992, do presidente Fernando Collor de Melo, logo após assumiu o seu vice-presidente Itamar Franco. Neste período, destacou-se a Campanha Nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, liderada pelo sociólogo Herbert de Sousa _ o Betinho. Em 1993, sob o governo de Itamar Franco, lançou-se o Plano de Combate à Fome e a Miséria. No Desenvolvimento da História dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, Silva (2008), retrata alguns momentos fundamentais que

vão do ano de 1991, quando é aprovado no senado o projeto de lei nº80/1991, de autoria do senador Eduardo Suplicy, instituindo um programa de renda mínima para todo brasileiro com idade a partir de 25 anos; Considerado como segundo momento um avanço da política pública, passa pela proposta de Camargo (1991, 1993, 1995.), a respeito da concessão de uma transferência monetária para famílias com crianças de 5 a 6 anos de escolas públicas. A articulação da educação com a transferência de renda, permitindo a ida dos seus filhos à escola, entendendo como um mecanismo de rompimento com a deficiência educacional, proporcionando e oportunizando um futuro mais justo para os jovens.

Sob o olhar de Cortez, verificamos o comentário:

De que a baixa escolaridade das beneficiárias, somada à falta de experiência profissional e à ausência de equipamentos públicos, como creches e escolas de tempo integral, que se encarregue do atendimento de seus filhos, torna a entrada no mercado de trabalho formal uma meta inatingível (CORTEZ, 2008, p. 233).

Em Conferência Estadual de Assistência Social, (25, e 26/10/2011) em João Pessoa – PB, a Secretária Nacional de Assistência Social - Denise Collin, em palestra comentou que segundo afirmação do então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Márcio Pochmann a “taxa de *extrema pobreza atinge quase um brasileiro a cada dez*”.

Segundo Martins:

È importante considerar que pobreza é uma categoria que pode ser analisada sob várias dimensões e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é a categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (MARTINS, 1991 p. 89).

Através de pesquisas bibliográficas, verificamos que temos uma herança colonialista que é responsável por profundas marcas na nossa formação econômica, social e política. Principalmente, porque a escravidão e o patriarcalismo foram constituintes do processo de formação da sociedade brasileira e suas determinações são perceptíveis ainda hoje. Constatamos que o socorro aos pobres foi gestado na filantropia e na benemerência, passando da “arrecadação de fundos para a manutenção de instituições carentes, auxílio econômico, amparo e apoio à família, orientação maternal, campanhas de higiene, fornecimento de filtros,

assistência médico odontológica, manutenção de creches e orfanatos, lactários, concessão de instrumentos de trabalho (TELLES, 1999).

De acordo com Coelho:

As sociedades capitalistas, no final do século XIX, passaram por consideráveis mudanças que afetaram de forma decisiva o conjunto das sociedades, levando-as à reestruturação e reorganização da produção, o que trouxe graves consequências para estas, como exemplos o processo de desemprego e precarização do trabalho (COELHO, 2010, p. 52).

Assim, no âmbito da assistência social, eram desenvolvidas políticas para a infância e para a adolescência, para idosos, para necessitados e grupos vulneráveis.

Conforme Telles, em conferência, afirmou:

Que o pobre, trabalhador eventual e destituído, é o usuário dessas políticas pelas quais é visto como (indivíduo necessitado) e, muitas vezes, como pessoa acomodada, passiva em relação à sua própria condição, dependente de ajuda, não cidadão, enfim. Sua figura continua desenhada em negativo (Cf. TELLES, 1999).

Para Yazbek, “Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais, ao lado de outros meios complementares de sobrevivência, precisam ser considerados para definir situações de pobreza material e espiritual” (YAZBEK, 2007, p. 18).

Os brasileiros que vivem em condição de extrema pobreza, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, são de 4,8 milhões, com renda mensal domiciliar igual a zero, os pobres são 11,43 milhões que possuem renda de R\$ 1 a R\$ 70. (VIII Conferência do Conselho Estadual de Assistência Social João Pessoa-Pb, 2011).

2.2 Criação e Fundamentos do Programa Bolsa Família

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, finalmente os chamados programas de distribuição de renda foram efetivamente implantados no país, alguns em parceria com

ONGs como o Comunidade Solidária, gerenciado pela primeira dama Ruth Cardoso. Todos esses programas estavam agrupados na chamada Rede de Proteção Social, de abrangência nacional. A criação do Bolsa Família teve como inspiração o Bolsa Escola, programa criado na cidade de Campinas - SP, em 1994 e, logo em seguida, no Distrito Federal, em 1995, sendo implementado em 2001 pelo governo federal.

Hoje é a mais importante ação de assistência, como parte das políticas sociais do governo brasileiro e, é também, o maior programa de transferência condicionada de capital do mundo. O Programa Bolsa Família consistiu na unificação e ampliação desses programas sociais, um único programa social, com cadastro e administração centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o que, segundo o Banco Mundial (sítio educacao.mg.gov.br), facilita sua eficiência administrativa e fiscalização. Programas de transferências condicionadas contra a pobreza, são políticas sociais correntemente empregadas em várias partes do mundo, para combater e reduzir a pobreza. No curto prazo, objetivam aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano. Através de informações do mesmo site acima comenta-se que, segundo o Banco Mundial, que apóia o programa, o Bolsa Família diz que é uma forma de investimento em capital humano, como descreve abaixo:

Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos pobres, via um "contrato social" com os beneficiários - por exemplo, manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde. Para os extremamente pobres esse dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto as condicionalidades promovem o investimento de longo prazo no capital humano" (www.educacao.mg.gov.br, 2011).

O Bolsa Família é citado por alguns analistas como sendo um dos responsáveis pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% entre 2002 e 2006. Recentemente o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgou um estudo mostrando que houve redução na população miserável do país entre 2003 e 2005 (Encontro do Colegiado de gestores municipais da assistência social-CONGEMAS, 9 e 10 de 2011). Outros motivos para redução da miséria no País têm sido a melhoria do mercado de trabalho, programas sociais como o Bolsa-Família e os ganhos reais do salário mínimo.

Para se cadastrar no Programa Bolsa Família, as famílias com renda mensal per capita de até R\$ 140,00 devem procurar a prefeitura de seu município e informar seus dados no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), de forma a ficarem aptas para inclusão no Programa Bolsa Família. O benefício é liberado de forma impessoal, por um processo de

seleção da Caixa Econômica Federal (CEF), na busca de priorizar as famílias de menor renda.

Entretanto, Weissheimer (2006) faz uma reflexão que, embora reconhecendo limites, aponta que os defensores do programa argumentam que ele é sim capaz de gerar dinâmicas com impactos de médio e longo prazo nesta direção. “Cabe então tentar aprofundar um pouco mais esse debate, investigando quais são os resultados da implementação do programa na vida das famílias” (Weissheimer, p. 51, 2006).

Um item relevante e que merece destaque é o esforço do programa em priorizar a figura feminina no cadastramento para o PBF, e o benefício ser pago através de cartão magnético, que é o *Cartão do Cidadão* e o *Cartão do Bolsa Família* ou através de uma conta aberta na CEF, que são enviados pelo correio. Estes cartões funcionam da mesma maneira que um cartão de débito bancário normal e são emitidos pela Caixa Econômica Federal.

2.4 Programa Bolsa-Família: transferência de renda e inserção social de famílias em Monte Horebe-PB

Verificou-se que, no município de Monte Horebe-Pb, representando uma medida padrão, a inserção das famílias ocorre através da realização do Cadastro Único padronizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), onde o responsável familiar comparece munido de todos os seus documentos e de seus dependentes domiciliares. Este é convidado a responder as perguntas contidas no Cadastro Único, que é realizado pelo técnico, na sede da Secretária de Assistência Social. Após esta etapa, observamos o respectivo técnico fazendo a digitação das informações, sem alterações, pois, o mesmo assina um termo de responsabilidade pelas informações vinculadas, sob pena de responder judicialmente. Finalizado esse processo, as informações são enviadas para Brasília e aí aguarda a concessão do benefício. Dada a aprovação do cadastro, o beneficiário recebe o cartão, onde pode sacar o seu benefício.

Para manter o benefício em dia, a contrapartida da família é assumir o compromisso de cumprir as condicionalidades na área da saúde, que é manter a vacinação da criança em dia, contendo todas essas informações no cartão de vacinação que será atualizado pelo agente

de saúde. No caso das gestantes, é realizado o pré-natal e conta também com a participação nas ações de saúde. Na educação, a mãe tem que manter seu filho na escola, com permanência mínima de frequência escolar que é de 85% para crianças de 06 a 15 anos e, de 75% para jovens de 16 a 17 anos.

Para calcular o número das pessoas sem rendimento que, de fato, se incluem na linha de miséria, o IBGE considerou os seguintes critérios: residência sem banheiro; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica; em área urbana: sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural: sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

Podemos observar, na tabela abaixo, o universo do qual foi dedicado o olhar deste artigo com o intuito de melhorar a política no que diz respeito ao Programa Bolsa Família. O município de Monte Horebe apresenta uma população de 4.506 habitantes, sendo que 1.180 são famílias cadastradas no CadÚnico. Destes, 941 apresenta perfil para o Bolsa Família, ou seja, está apta a ser contemplada com o benefício. Mesmo que 1.035 famílias tenham perfil para o cadastro único, não necessariamente esse cadastro significa benefício, até porque pode ser utilizado para emissão de carteira de idosos e cartão cidadão. Sendo assim, existem 1.103 cadastros válidos esperando a concessão do benefício pelo MDS. Dos cadastros atualizados pelo técnico do PBF no município, 719 já se encontram inseridos e recebendo o benefício, o que significa um valor de R\$ 173.000,00 que circula no município mensalmente. Podemos observar na tabela abaixo dados socioeconômicos do município.

Tabela 1 – Condições socioeconômicas do município de Monte Horebe-PB

População Total do Município de Monte Horebe-Pb	4.506
Total de Famílias Cadastradas	1.180
Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família	941
Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único	1.035
Número de Cadastros Válidos	1.103
Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/2005	955
Número de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	719
Valor mensal aproximado dos beneficiários PBF – Monte Horebe/PB	R\$173.000,00

Fonte: Secretária Nacional de Renda e Cidadania - SENARC

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tratou-se a evolução das políticas sociais, perpassando por diversas etapas ao longo do tempo, no tocante à distribuição e transferência direta de renda, na perspectiva de inserção social e observando suas mudanças, considerando as inovações diretas na qualidade de vida no município de Monte Horebe-Pb.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica e de dados secundários, obtidos através de revistas, livros, jornais, sites, entre outros. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, em que se aplicou um questionário com perguntas padronizadas, abertas, semi-abertas e fechadas (tipo mostruário), de forma aleatória, onde foram pesquisados responsáveis de famílias inseridas nos cadastros do Programa Bolsa Família em Monte-Horebe.

O objetivo principal a ser investigado no questionário foi sobre as condições de melhoria na vida dessas pessoas, após o recebimento dos benefícios. Como instrumento de coleta da pesquisa de campo utilizou um questionário com vinte questões fechadas e uma aberta, para vinte famílias beneficiárias, com a finalidade de transparência da realidade de forma clara e objetiva através das respostas obtidas. Os dados foram coletados entre os meses de outubro e novembro de 2011.

A partir da pesquisa de campo, buscou-se analisar a relação entre a gestão e a execução do Programa Bolsa Família no âmbito local, com a intenção de observar o cumprimento das condicionalidades para a melhoria de vida das pessoas do município de Monte Horebe – PB, pensando na comunidade e valorizando as suas singularidades.

4 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar dos avanços após a implementação das políticas observamos as situações de desigualdade, de pobreza estrutural, de vulnerabilidade, exclusão social e subalternidade com múltiplas faces, com as quais convivemos, as expressões da questão social que encontramos no cotidiano: o desemprego, a falta de trabalho, a violência doméstica da qual são vítimas as mulheres, as crianças, os adolescentes, os idosos; o uso de drogas, os doentes da AIDS, a

discriminação por questões de gênero e etnia, a moradia na rua ou em habitações precárias e insalubres; os doentes mentais, as dificuldades dos portadores de deficiência, o envelhecimento sem recursos, a fome e a alimentação insuficiente e outras tantas questões e temáticas relativas a uma forma de pertencimento social. Esses são alguns exemplos das manifestações enfrentadas por aqueles que atuam na Assistência Social. Assuntos discutidos e debatidos na VIII Conferência Estadual de Assistência Social - 2011.

O Brasil vive hoje uma nova fase em sua história e não há dúvidas de que as políticas sociais, sobretudo o Bolsa Família desempenham papel decisivo, ajudando a vencer a fome a pobreza e a miséria. Ninguém duvida da importância que as políticas têm no desenvolvimento do nosso município e do nosso país.

Verificamos que através do Bolsa Família, os beneficiários estão levando comida com mais qualidade para sua mesa, e de forma mais farta, seus filhos estão tendo mais acesso à saúde e a educação, segundo as mães beneficiárias do município de Monte Horebe-Pb. Além de afirmarem que sua vida e a da sua família melhorou com esse benefício do Governo Federal, através do programa Bolsa Família, assim como o atendimento na rede de assistência a saúde, a frequência na escola dos seus filhos, melhorou também a aquisição de vestimentas e utensílios domésticos, onde algumas afirmaram ter adquirido eletrodoméstico ou eletrônicos com dinheiro do Bolsa Família aqui no município de Monte Horebe-Pb. Constatou-se, ainda, que uma vez inseridos no Programa Bolsa Família, os assistidos passaram a ter mais créditos nos mercados locais.

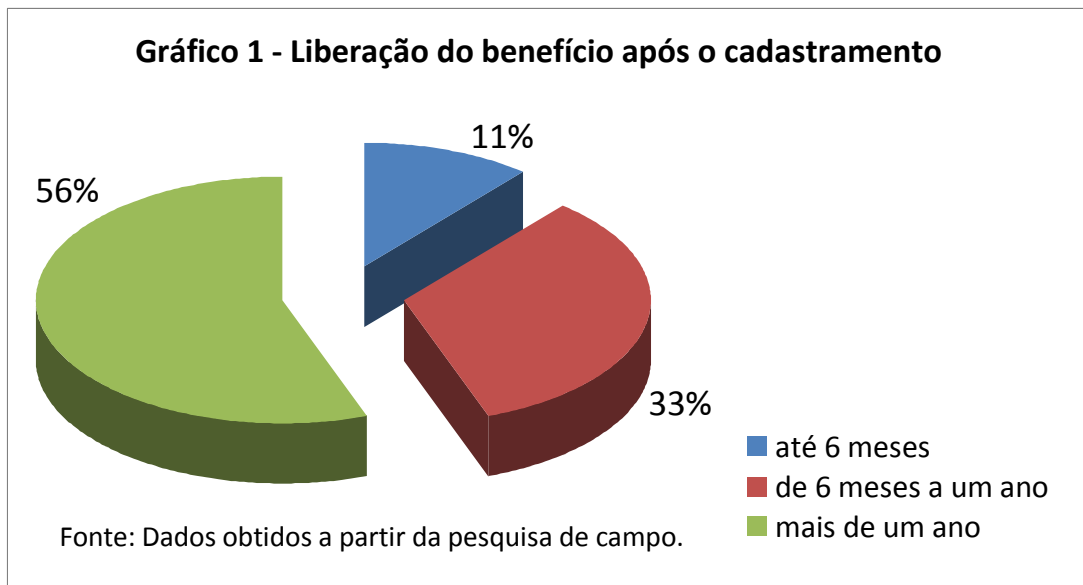
Cem por cento dos questionados foram mulheres, todas responsáveis pela unidade familiar, com idade variável de 18 a 34 anos, sendo a maioria mãe solteira, variando de 01 a 06 filhos.

Podemos dizer que as condicionalidades reforçam o direito a educação e a saúde, pois o Bolsa Família vincula o recebimento financeiro ao cumprimento das mesmas. Isso confirma que o benefício surgiu com a estratégia de incentivar as famílias a manterem seus filhos na escola.

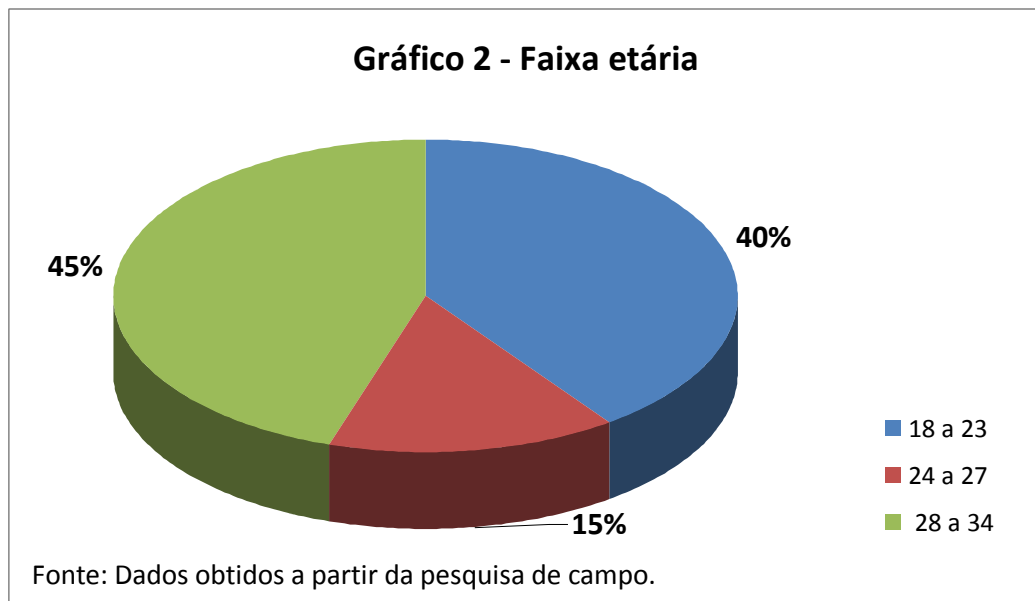
Entretanto, observou-se que o grau de escolaridade destes responsáveis familiares é muito baixo, dado que percebem a alegria de ver seus filhos na escola, com perspectiva de que eles venham a ter um futuro melhor do que o deles. Esperam melhores oportunidades para

viver de forma digna, bem estruturado, com mais condições de enfrentar os desafios, podendo seguir em frente com um olhar novo para o futuro.

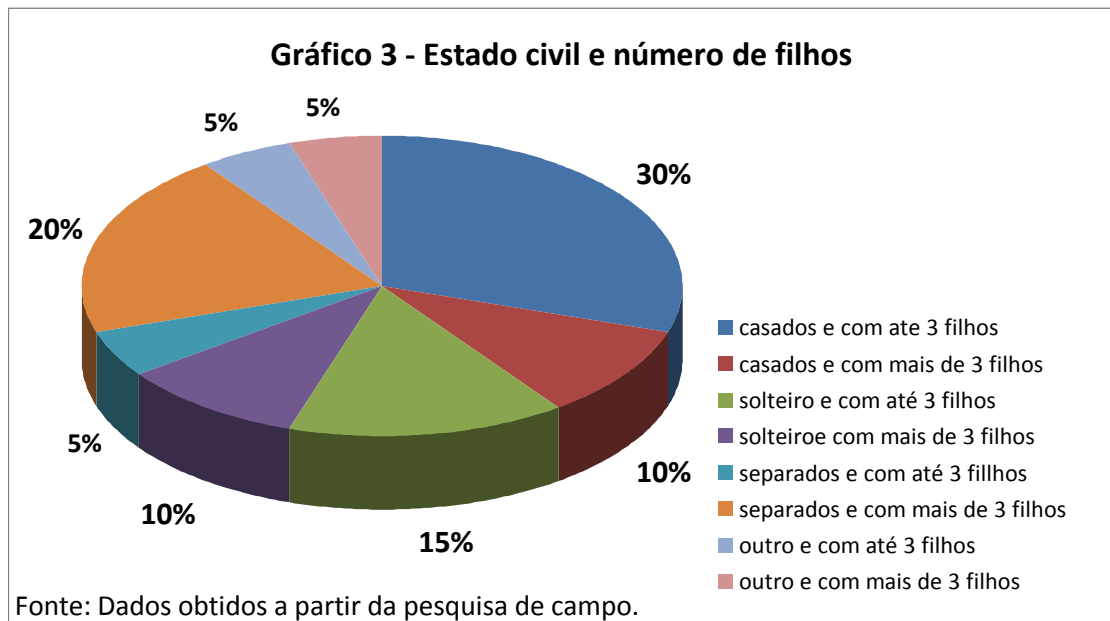
De acordo com o questionário aplicado, verificamos também que, após a realização do cadastro, na maioria das repostas, os indivíduos só conseguiram a inserção do benefício após um ano, como pode ser visto no gráfico 1.



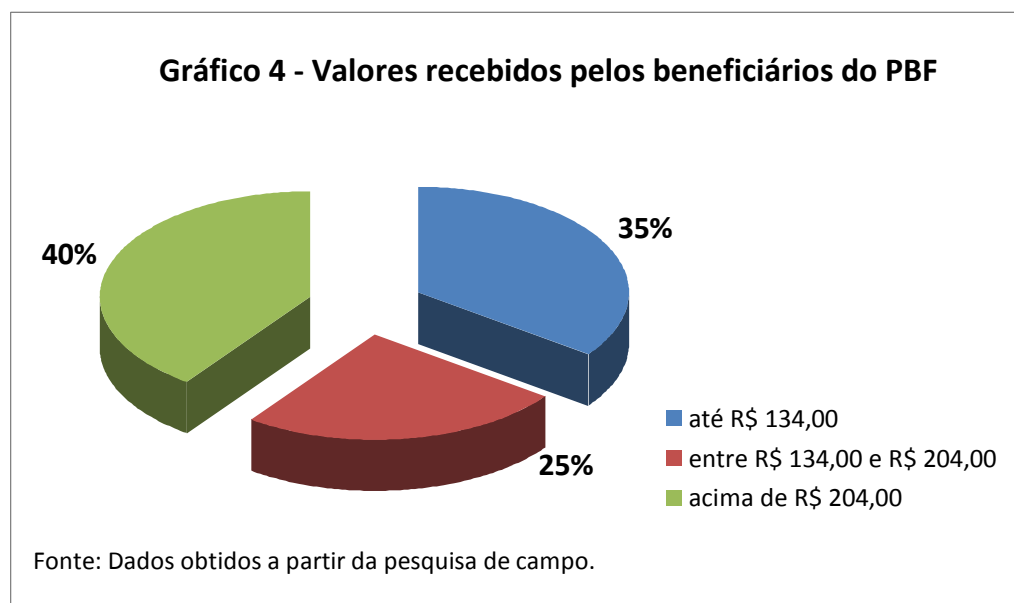
Dentre os questionários aplicados, cem por cento foram mulheres, todas responsáveis pela unidade familiar, com idade variável de 18 a 34 anos, conforme o gráfico 2.



A maioria se declarou como mãe solteira, variando de 01 a 06 filhos, e recebendo valores de R\$ 102,00 a R\$ 230,00 reais, de acordo com os dados dos gráficos 3 e 4.

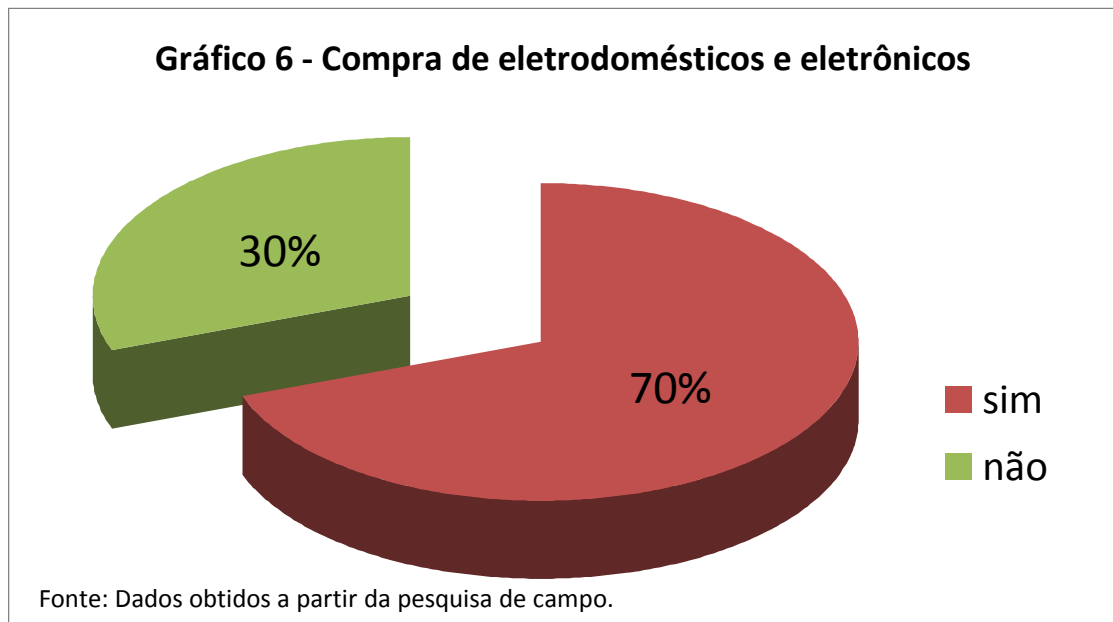


De acordo com o Gráfico 4 podemos observar os valores recebidos de acordo com o número de filhos os beneficiários pesquisados variam de R\$134,00 à R\$204,00

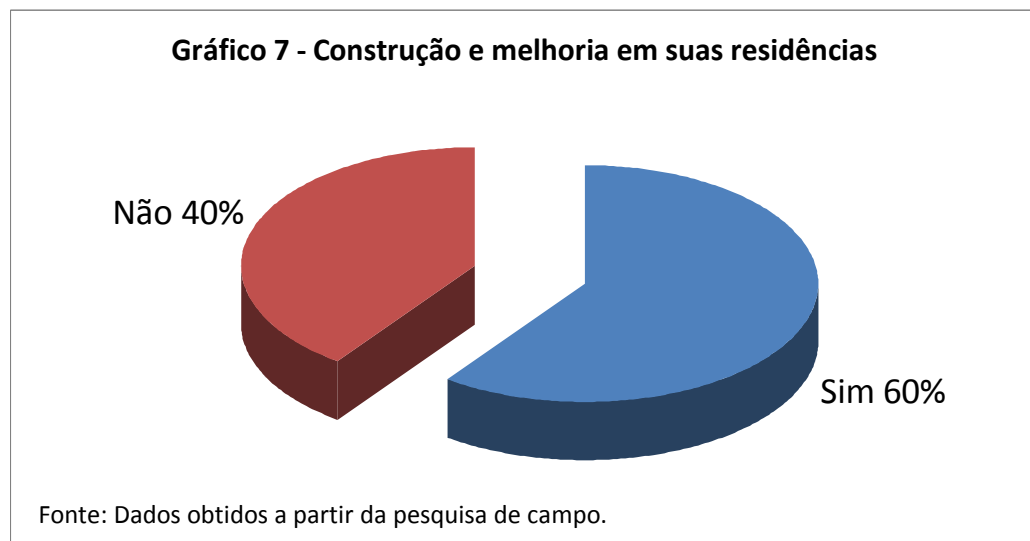


Ao receber o benefício do PBF, 100% dos entrevistados demonstraram que houve melhoria de vida nas seguintes ações: educação dos filhos, frequência escolar, acesso a saúde, a alimentação, melhoria no uso de roupas, utensílios domésticos e acesso ao crédito. Uma

demonstração da melhora das condições de vida, pode ser observada no gráfico 6, que apresenta o número de famílias que realizou compras de eletrodomésticos com o dinheiro do bolsa família.

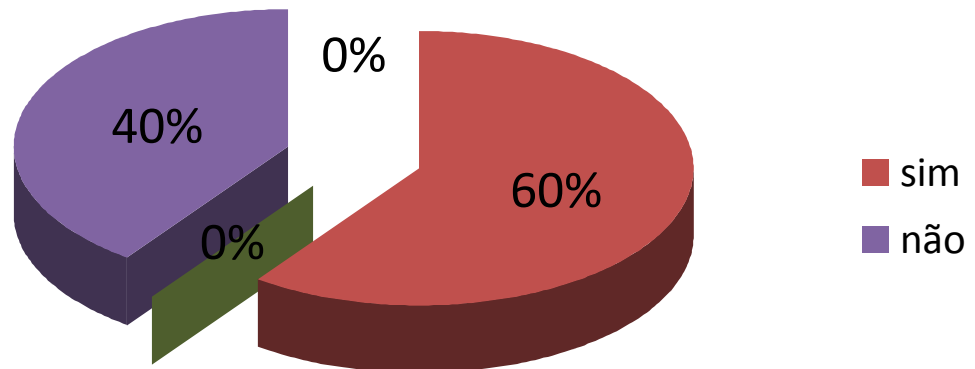


No gráfico - 7, também pode ser observada a melhoria nas condições das residências, após o recebimento dos benefícios do programa.



Quando perguntou – se havia banheiro em sua residência o resultado foi de acordo com **Gráfico - 8**

construção de banheiros em suas residências



Fonte: Dados obtidos a partir da pesquisa de campo.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, elaborar de forma clara e sucinta a realidade da implementação e execução do Programa Bolsa-Família: transferência de renda e inserção social de famílias em Monte Horebe-PB.

Com base nos dados coletados na presente pesquisa foi possível apontar algumas considerações. Inicialmente, observou-se um grande avanço na qualidade de vida dos beneficiários. Um dos pontos centralizadores deste estudo foi à inserção das famílias como beneficiários. Entretanto, verificamos o salto de qualidade de vida que este programa deu as famílias que dele se beneficiaram aqui no município, melhorando as condições de vida, pois cada vez que é inserida uma família com benefício é possível presenciar a melhoria que esse recurso representa para a família contemplada e inserida.

As condicionalidades são de fundamental importância, pois como afirmaram as famílias no trabalho de campo, houve uma aproximação das ações como a saúde e a educação, além das ações sociais. Podemos afirmar que o Programa Bolsa Família não só contribuiu para a melhoria da vida na percepção delas, como transformou a vida no Município de Monte Horebe – PB, resgatando uma esperança já adormecida de dias ainda melhores.

6 – AGRADECIMENTOS

Durante a realização do trabalho de campo, assumimos o desafio de buscar o envolvimento de profissionais da Assistência Social do município, os quais demonstraram envolvimento e responsabilidade na condução dessa política. Também contribuíram de forma direta e indiretamente com a construção deste artigo, com intuito de melhorar a política de assistência no município no tocante ao PBF, que foi objeto de observação.

Agradeço a Deus por ter me dado coragem e força de seguir este curso até o fim, afinal não é fácil ficar 120 km do pólo de Itaporanga. À minha mãe, meu marido, meu filho, minha orientadora, Rejane Gomes Carvalho que, com sabedoria, acompanhou e conduziu toda construção deste artigo. A uma amiga especial que tive o prazer de conhecer e conviver durante este curso, Roméria; ao amigo Airton, e ao Assistente Social do CRAS de Monte Horebe que realizou a pesquisa de campo, Carlos e demais amigos que de forma direta e indireta contribuiu para realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BOCHETTI, Ivanete (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social?** LOAS. Brasília, 1993.

BRASIL. MDS <http://aplicacoes.mds.gov.br/saa/aplicacoes.mds.gov.br/suasnob/loginAction.action>. Acesso 22/10/2011 às 19:00 hs.

BRASIL. MDS: Programa Bolsa Família - Página oficial "Uma revolução silenciosa muda a vida de milhões no Brasil e no mundo" - Banco Mundial (Acesso:12/10/2011)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**: cidadania e dignidade para milhões de brasileiros/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Brasília:MDS,2010-11-09 92:II

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso 21/10/2011 às 18:00 h.

_____. **Política Nacional de Assistência Social** - PNAS. Brasília, 2004.

BARBOSA, M.C. **Planejamento e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1980.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania-SENARC N°285-14/09/2011 Acesso 22/10/2011 às 15:00 h.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado** / Ricardo Corrêa Coelho. - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 116p.

JOAO PESSOA. VIII Conferência Estadual de Assistência Social – 2011.

MERTIERResearch, Consultoria e Desenvolvimento Ltda. **Avaliação e Análise Espacial da Pobreza**. Maputo Moçambique, 2005. Disponível em: Acesso em: 19/10/2011 às 21:00 h.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda / Maria da Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbek, Geraldo di Giovanni. – 2 ed – São Paulo: Cortez, 2006.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família**: Avanços limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil / Marco Aurélio Weissheimer – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.160 p.

Sites consultados:

Disponível em:<

https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/../../../../_newincludes/cabecalho2009.inc,line72 > Acesso em: 22/10/2011 às 13:00 h.

Disponível <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cadastro_%C3%9Anico > Acesso em: 22/10/2011

Disponível <https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp > Acesso em: 22/10/2011

Disponível <<HTTP://www.educacao.mg.gov.br.2011>> Acesso em: 26/10/2011

Disponível <<http://www.mds.gov.br/> Acesso em: 28/10/2012

MINICURRÍCULO



Aluzailde_Jacira_Dias

Graduada pela URCA – Universidade Regional do Cariri - CE

Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa

Atuação profissional atual: Secretária Municipal de assistência Social – Prefeitura Municipal de Monte Horebe – PB

Vice – Diretor Escolar da EEEFM Bonifácio Saraiva de Moura – Monte Horebe - PB

Email: jacirahorebe@hotmail.com

APÊNDICE

1 - QUESTIONÁRIO

Programa Bolsa-Família: transferência de renda e inserção social de famílias em Monte Horebe-PB

Nome da Aluna: ALUZAILDE JACIRA DIAS

Nome da orientadora: REJANE GOMES CARVALHO

Questionário

1) Qual a sua idade? _____

2) Qual o seu estado civil?

Casada () Solteira () Separada () Outro ()

3) Quantos filhos você tem?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () Mais de 6 ()

4) Quanto você recebe do PBF? _____

5) Você recebe o benefício do PBF relativo a quantos filhos? _____

6) você acha que receber este valor do PBF melhorou sua vida?

Sim () não () não sabe ()

7) A educação dos seus filhos melhorou após receber o benefício do PBF?

Sim () não () não sabe ()

8) Dos seus filhos, quantos frequentam a escola?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () Mais de 6 ()

9) E dos que são beneficiados com o PBF, quantos frequentam a escola?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () Mais de 6 ()

10) O acesso a saúde melhorou?

Sim () não () não sabe ()

11) As condições de alimentação, roupa, utensílios domésticos melhoraram?

Sim () não () não sabe ()

12) Você faz suas compras de mercado com o dinheiro do PBF?

Sim () não ()

13) Você já comprou algum eletrodoméstico ou eletrônico com o dinheiro do PBF?

Sim () não ()

Se SIM, qual? _____

15) Sendo beneficiário do PBF, você tem mais crédito para fazer suas compras?

Sim () não ()

16) Após o cadastramento no CadÚnico, o benefício foi liberado em quanto tempo?

Mais de 1 ano () Menos de 1 ano () Menos de 6 meses () () outro

17) Você tem outra renda além do PBF?

Sim () não ()

18) Sua casa tem banheiro?

Sim () não ()

19) Você fez alguma reforma na sua casa depois do PBF?

Sim () não ()

Se SIM, qual? _____

20) Você acha que a vida da sua família melhorou após receber o benefício do PBF em que? _____